

distante de onde residem em casos de emergência, de morte ou de doença quando o atendimento só pode ser feito em outra localidade por estar mais apta ou aparelhada para o atendimento.

Muitas outras situações poderiam aqui ser arroladas. O que esperamos, porém, Sr. Presidente e Srs. Deputados, após ouvir o clamor de nosso povo, é que o Governo reestude e reveja as medidas adotadas (como acertadamente fez com os táxis), a fim de que certas categorias profissionais e o povo em geral, em situações determinadas, não se veja privado do uso do automóvel em caso de necessidade.

E como sugestão, acreditamos que, com a cobrança de uma sobretaxa no preço da gasolina vendida aos sábados, domingos e feriados, só mesmo os que dela necessitarem adquirirão o produto. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. JORGE GAMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, finalmente conhecemos, pelo substitutivo, objetivamente os estreitos limites do Projeto de Anistia do Governo.

Embora a Oposição já tivesse denunciado a mesquinhez do projeto, ao lado de diversos segmentos da sociedade brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Igreja em seus diversos setores e, ainda, Sindicatos, Artistas, Intelectuais, Estudantes, havia a esperança de que o mesmo viesse a ser ampliado na Comissão Mista que o examinou. Todavia, apesar dos esforços dos membros do Movimento Democrático Brasileiro, o citado Projeto permanece com seu espírito inicial, que é o de discriminar os brasileiros que em dado momento participaram da luta armada contra o regime.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos sabemos, e este Congresso em particular o sabe, pois já foi sumariamente fechado pelo regime de arbitrio implantado há 15 anos, que o País foi vítima de um regime ditatorial onde qualquer participação política era violentamente reprimida, haja vista o número de mortos e desaparecidos, além dos torturados que hoje vivem trazendo em seus corpos as marcas da violência, do arbitrio e da prepotência do regime.

Todos sabemos que os jovens brasileiros que participaram de luta armada o fizeram num momento de nossa história em que todos os canais de expressão política estavam rigorosamente fechados, em que a repressão que lhes foi imposta e à sociedade brasileira representava um pesadelo e em que a violência e a insegurança proibiam qualquer iniciativa de ordem política.

Todos sabemos que ao lado da violência física instituiu-se a violência dos atos de exceção, com os quais o regime cassou mandatos, demitiu servidores e professores, afastou líderes sindicais, puniu estudantes, tratando de alijar do processo político lideranças que hoje poderiam oferecer à Nação inestimável contribuição para os seus angustiados e acumulados problemas.

Todos sabemos que, ao lado de todas estas medidas, a ditadura pressionou aberta e veladamente os diversos segmentos da sociedade, impedindo-lhes a livre manifestação, para que não pudessem influir nos destinos políticos do País e, principalmente, em seu modelo econômico, que, hoje visivelmente fracassado, acabou imposto aos brasileiros sem a necessária discussão e análise.

Todos conhecemos os resultados deste fracassado modelo econômico, que empobrece sistematicamente o nosso povo com o permanente arrocho salarial limitando a participação dos Sindicatos na luta por melhores salários e condições de vida de nossos trabalhadores.

Todos conhecemos o crescente endividamento externo que cada vez mais compromete a soberania do País.

Todos conhecemos a crescente desnacionalização de nossa economia com o permanente favorecimento das empresas multinacionais.

Todos nós e o próprio Governo, que já começa a sentir os clamores de toda a Nação pela livre participação política para dar à Nação o equilíbrio necessário à consolidação do regime democrático. E tanto sabe que resolveu falar em abertura e propor a Anistia que, na verdade, já vinha sendo reclamada pelos diversos segmentos da sociedade através dos diversos movimentos pela anistia em vários pontos do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de anistia do Governo não atende aos anseios do povo brasileiro. Seu substitutivo, ontem aprovado na Comissão Mista, continuará dividindo os brasileiros. Não podemos entender anistia com brasileiros nas prisões.

O momento político exige reflexão e análise. Por isso, acreditamos que o Congresso Nacional, como um todo e como fator de unidade nacional, há de reconquistar na prática suas prerrogativas de anistiar e, em nome do interesse pela conciliação nacional,

votará uma anistia que a Nação exige através de todos os segmentos, a anistia da liberdade, a anistia do esquecimento, uma anistia que, sem ódio e sem medo, deve ser ampla, geral e irrevogável.

**O SR. JOAO MENEZES (MDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da distribuição de terras aos seus verdadeiros trabalhadores constitui uma das mais controversas e violentas páginas de nossa era.

Aqui, acolá e alhures, constantemente, somos alertados para episódios os mais estupefacentes em torno do volumoso assunto. Ora é o pretensão proprietária da área que espanca, ameaça, sequestra e violenta o posseiro, ora é o grileiro praticando contra esses indefesos trabalhadores as maiores e mais inenarráveis truculências. Mas o que ressalta em todos os fatos registrados é que o Poder Público está sempre ausente, quando não está ao lado de poderosos senhores de terras contra essa injustiçada gente do povo. A tônica é a presença do Poder Público, invariavelmente, praticando o terror, e muitas vezes temos presenciado a violência física perpetrada pelos agentes do governo dos Estados ou dos Municípios, através de suas forças policiais, que estão sempre de prontidão quando se trata de reprimir ou violentar o povo, levando de roldão preciosas vidas e torturando os que teimam em contrariar gananciosos proprietários de extensas áreas inúteis tornadas produtivas pelo braço desses lavradores.

Comparecemos, mais uma vez, a esta tribuna, para registrar mais um desses episódios tristes de nossa história, ocorrido recentemente em Tucuruí, no Estado do Pará, em que a ELETRONORTE e o ITERPA, empresas do Estado, são os principais protagonistas na insana tarefa de fazer valer, pela força, suas ambiciosas pretensões. Vinte e sete posseiros, acompanhados do advogado Paulo Fonteles, com razoável área cultivada, compareceram ao gabinete do Presidente do ITERPA, Sr. Iris Pedro de Oliveira, para vindicar o direito de continuarem trabalhando suas culturas, ajudando, com isso, o Estado a vencer uma de suas mais críticas fases da economia nacional. Pois, ao invés de receberem do Sr. Presidente do ITERPA e do Diretor da ELETRONORTE, Sr. Jaime Barcessat, apoio e estímulo a continuarem sua meritória forma de contribuir para o engrandecimento econômico da região, obtiveram deles, na presença do Governador do Estado, Sr. Alacid Nunes, a certeza de que ali onde já possuíam grande área de terra cultivada não poderiam permanecer, eis que a mesma já fora prometida para outro grupo de pessoas desabrigadas pela insensatez do administrador, que já expulsara grande número de habitantes de uma região inundada pelas obras da ELETRONORTE. Parece inacreditável, mas é verdadeira a versão de que o Sr. Jaime Barcessat pretende desalojar os colonos já com vasta área cultivada para dar lugar a outros colonos expulsos de outra região. Parece incrível que o Sr. Jaime Barcessat se arroge o direito de ser o juiz na localização de terras onde trabalham os colonos.

Para tanto, o Sr. Jaime Barcessat fez a recomendação de que os atuais ocupantes da área não poderão fazer culturas do tipo permanente, mas temporárias, pois terão que deixar as áreas ocupadas por outra que lhes será destinada.

E assim vão-se contando os episódios sobre questões de terras, como o fato narrado pelo lavrador da região que foi peitado por 100 mil cruzeiros para assassinar o Dr. Paulo Fonteles, sob a alegação de que ele e D. Allano Pena (vide A Província do Pará, de 21 de julho de 1979) são responsáveis pela agitação dos colonos. Igualmente, em outras oportunidades foram assacadas idênticas acusações a inúmeras eméritas figuras, como o Bispo D. Pedro de Casaldáliga, porque ousaram defender os interesses desses lavradores contra escusas e gananciosas pretensões dos senhores de terras. O chavão de tachar de agitadores todo aquele que defende o interesse e a integridade do homem do campo já vai perdendo força e tempo haverá de chegar em que esse expediente estará superado. Enquanto isso, as multinacionais prosperam à custa do suor do humilde trabalhador brasileiro.

Resta apenas que o Poder Público se conscientize do grave problema que tem pela frente e encare a questão com mais seriedade, dando a atenção que merecem a todos aqueles que, com todo o risco, procuram, na medida de suas capacidades, colaborar para o engrandecimento de nossa economia.

**O SR. OCTACILIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias dizia, perante este Plenário, que, segundo uma revista econômica estrangeira, que publicou uma estatística recente sobre grandes empresas e bancos mundiais, se verificou uma queda surpreendente dos níveis em que estavam a PETROBRÁS e o Banco do Brasil, antes em posição bem mais alta.

Agora, registra-se que o Diretor de Crédito do Banco do Brasil, Sr. Roberto de Carvalho, está fazendo estudos sobre a Reforma Bancária que "pode ser boa para o Banco do Brasil do ponto de vista da empresa e do País".